

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.271.222 - GO (2018/0073238-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : IDA LANIR LISITA
ADVOGADO : MONICA LISITA PASSOS - GO016901
AGRAVADO : UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO : MARCOS FILIPE MACHADO CRUZ - GO039246

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por IDA LANIR LISITA em face da decisão acostada às fls. 1064-1065 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 463-478 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CIRURGIA DE ARTROPLASTIA. PROCEDIMENTO AUTORIZADO PELO PLANO MEDIANTE O IMPLANTE DE PRÓTESE NACIONAL. NEGATIVA DE COBERTURA DE PRÓTESE IMPORTADA. AUSÊNCIA DE CARÁTER ABUSIVO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUANTO À NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PRÓTESE IMPORTADA PARA SUCESSO DA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA. EXISTÊNCIA DE PRÓTESE NACIONAL SIMILAR À IMPORTADA COM RESULTADO SATISFATÓRIO. DIREITO AO VALOR DO PROCEDIMENTO COM PRÓTESE NACIONAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1. Os contratos de planos de saúde estão submetidos às disposições do Código Consumerista (Lei nº 8.078/90) no que pertine ao mercado de prestação de serviços médicos, como se extrai da inteligência do art. 35 da Lei nº 9.656/98 e da Súmula nº 469 do STJ.
2. É abusiva a negativa de cobertura de material importado necessário à realização de cirurgia coberta pelo plano de saúde, quando inexiste similar nacional. Precedentes do STJ e desta Corte.
3. Existindo similar nacional, a autora deixou de comprovar a necessidade da escolha pela prótese importada em detrimento da nacional, não havendo que se falar em abusividade pela ausência de cobertura de material importado.
4. Inexistindo prova da necessidade de utilização de material importado, a autora beneficiária, ao autorizar e pagar uma prótese importada, assumiu o risco quanto ao custo de sua escolha, não podendo agora exigir que a operadora do plano de saúde assumia os valores por ela adimplidos.
5. Autorizado o procedimento cirúrgico da autora com o uso de material nacional de qualidade similar ao importado, deve a operadora do plano de saúde arcar com os custos que cobriria no caso de utilização de material nacional, ficando a paciente responsável pelo pagamento da diferença quanto ao uso do material importado.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

Opostos embargos declaratórios (fls. 481-573 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 646-655 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 661-818 e-STJ), alegou a insurgente a existência de dissídio jurisprudencial, bem como que o acórdão recorrido violou os artigos 489, § 1º, 926, 932, inc. IV, do CPC/15 3º, §2º, 4º, 14, 39, inc. I, e 47 do Código de Defesa do Consumidor, 10, inc. VII, da Lei nº 9.656/98.

Aduziu, em síntese, que se aplica a norma consumerista ao caso, bem como que a responsabilidade da operadora de plano de saúde é objetiva. Sustentou que inexistente cláusula contratual que exclua a cobertura buscada e, ainda que houvesse, seria nula. Alegou que há necessidade de cobertura da prótese importada, sem similar no mercado nacional, pois essencial para o sucesso da cirurgia, conforme prescrição médica.

Afirmou que *"não interessa, pois, se há ou não comprovação nos autos processuais se uma prótese é ou não superior à outra, o que tem que se ter em cômputo é a indicação em relatório médico"* (fl. 747), bem como que *"não pode o paciente, consumidor do plano de saúde, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno do momento em que instalada a doença coberta em razão da cláusula limitativa. Cabe ao médico, e não ao plano de saúde a responsabilidade pela orientação terapêutica"* (fl. 748).

Contrarrazões às fls. 1046-1052 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por ser incabível análise de violação à súmula, por aplicação das Súmulas 282/STF, 5 e 7/STJ, bem como por não ter sido demonstrado o dissídio na forma exigida.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 1069-1124 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1510-1516 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é abusiva a negativa de cobertura de material importado, necessário à realização de cirurgia coberta pelo plano de saúde, quando inexistente similar nacional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PLANO DE SAÚDE. PRÓTESE IMPORTADA. NEGATIVA DE COBERTURA. AUTORIZAÇÃO PARA PRÓTESE SIMILAR NACIONAL. ABUSIVIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Não havendo a devida demonstração de ofensa aos dispositivos legais apontados como violados incidente o enunciado 284 da Súmula do STF.

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1235933/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRÓTESE NACIONAL SIMILAR À IMPORTADA. RECUSA DO PLANO DE SAÚDE EM COBRIR A PRÓTESE IMPORTADA. AUSÊNCIA DE CARÁTER ABUSIVO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Mostra-se inviável nesta sede a análise de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

2. É abusiva a negativa de cobertura de material importado, necessário à realização de cirurgia coberta pelo plano de saúde, quando inexistente similar nacional. Precedente.

3. No caso em apreço, o eg. Tribunal a quo, com base nos elementos fático-probatórios, concluiu não se tratar de material sem similar nacional, ou que detivesse vantagem terapêutica evidente em relação ao similar nacional, constando dos autos informação de que o material nacional possui aprovação da ANVISA, inclusive com laudo da UNICAMP, atestando a coincidência de funções.

4. Nesse contexto, afigura-se inviável rever os fatos delineados pelas instâncias ordinárias para concluir que o material nacional não é similar ao importado, por demandar reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o exposto na Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1247645/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 08/09/2016)

No caso, a Corte de origem concluiu que "*no presente caso, existindo similar nacional, a autora deixou de comprovar a necessidade da escolha pela prótese importada em detrimento da nacional, não havendo que se falar em abusividade pela ausência de cobertura de material importado*" (fl. 471 e-STJ).

Tal conclusão, em que pese as extensas razões recursais apresentadas, não foi suficientemente infirmada no apelo nobre - o que atrai o óbice da Súmula 283/STF.

De todo modo, rever tal assertiva exigiria a incursão em questões fática probatórias, incabível nesta instância especial (Súmula 7/STJ).

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator